



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

COMITÊ NACIONAL DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 18/02/2025**Horário de Início:** 15h**Horário de Término:** 17h**Local:** Reunião virtual pelo Microsoft Teams**Participantes:**

Membros do Comitê:

Nome	Unidade	Presença
Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt - Coordenadora	SEB/MEC	Presente
Alexsandro do Nascimento Santos - Suplente Coordenadora	DPDI/SEB/MEC	Presente
Raquel Franzim - Secretária-Executiva do Comitê	COGEITI/DPDI/SEB/MEC	Presente
Alexandre Falcão de Araújo - Suplente Secretária-Executiva	COGEITI/DPDI/SEB/MEC	Ausente
José Roberto Ribeiro Junior - Titular	DIFOR/SEB/MEC	Ausente
Fabiana Fonseca De Melo - Suplente	DIFOR/SEB/MEC	Ausente
Valdoir Pedro Wathier - Titular	DIMAM/ SEB/MEC	Presente
Christy Ganzert Gomes Pato - Suplente	DIMAM/ SEB/MEC	Ausente
Anita Gea Martinez Stefani - Titular	DAGE/ SEB/MEC	Ausente
Ana Úngari Dal Fabbro - Suplente	DAGE/ SEB/MEC	Presente
Mauricio Ernica - Titular	SECADI/MEC	Ausente
Lucas Fernandes Hoogerbrugge - Suplente	SECADI/MEC	Ausente
Patrícia Barcelos - Titular	SETEC/MEC	Ausente
Charles Okama de Souza - Suplente	SETEC/MEC	Presente
Maria Selma de Moraes Rocha - Titular	SASE/MEC	Ausente
Gesuína de Fátima Elias Leclerc - Suplente	SASE/MEC	Presente
Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva - Titular	CNE	Ausente
Márcia Teixeira Sebastiani - Suplente	CNE	Ausente
Alessio Costa Lima - Titular	UNDIME - NORDESTE	Presente
Josevanda Mendonça Franco - Suplente	UNDIME - NORDESTE	Ausente
Leonardo Santa Cecília - Titular	UNDIME - CENTRO-OESTE	Presente
Paulo Madson Viera da Silva - Suplente	UNDIME - CENTRO-OESTE	Ausente
Luslarlene Umbelina Souza Fiamett - Titular	UNDIME - NORTE	Ausente
Fernanda Pinheiro de Abreu - Suplente	UNDIME - NORTE	Presente
Luiz Miguel Martins Garcia - Titular	UNDIME - SUDESTE	Ausente
Osório Luís Figueiredo de Souza - Suplente	UNDIME - SUDESTE	Ausente
Maristela Ferrari Guasseli - Titular	UNDIME - SUL	Ausente
Jorge Luiz Buerger - Suplente	UNDIME - SUL	Ausente
Ana Paula Nogueira - Titular	CONSED - NORDESTE	Presente
Maria Jucineide Da Costa Fernandes - Suplente	CONSED - NORDESTE	Presente
Bianca Kelly Verly Maia Pereira - Titular	CONSED - CENTRO-OESTE	Presente
Adriana Buytendorp - Suplente	CONSED - CENTRO-OESTE	Presente
Edna Carla Neves do Amaral Batista - Titular	CONSED - NORTE	Presente
Leandro de Souza Vieira - Suplente	CONSED - NORTE	Presente
Marytta Renno Vilela Preza Masseli - Titular	CONSED - SUL	Ausente
Caren Cristina Brichi - Suplente	CONSED - SUL	Ausente
André Botelho de Abreu - Titular	CONSED - SUDESTE	Presente
Mayara Lima Cândido - Suplente	CONSED - SUDESTE	Ausente
Fabiane Bitello Pedro - Titular	UNCME NACIONAL	Ausente
Alelis Izabel de Oliveira Gomes - Suplente	UNCME NACIONAL	Ausente
Ricardo Tonassi Souto - Titular	FONCEDE	Ausente
Flávio Roberto de Castro - Suplente	FONCEDE	Ausente
Guelda Cristina de Oliveira Andrade - Titular	FNE	Ausente
Ana Jade Beatriz Martins Melo Rodrigues - Suplente	FNE	Ausente

*De acordo com a lista de presença da reunião.

Outros Participantes:

Luiza Soares Chiarelli - SECADI/MEC

Felipe Michel Braga - FONCEDE

Vivian Ka - UNDIME

Pauta da Reunião:

1 - Aprovação da Ata de Reunião Extraordinária de 23/09/24

2 - Acompanhamento da implementação do Programa Escola em Tempo Integral no ano de 2024. Resultados 2024.

3 - Informes:

- Atualização sobre o processo de normatização de diretrizes operacionais para oferta de tempo integral na perspectiva da educação integral.
- Rede Nacional de Articuladores do Programa Escola em Tempo Integral – Renapeti.
- Substituição dos membros do Comitê.
- Validação do cronograma.

RELATO DA REUNIÃO

Raquel Franzim - A Secretária-Executiva do Comitê Nacional do Programa Escola em Tempo Integral - Conapeti, inicia a reunião ressaltando que o Comitê, instituído pela Portaria nº 2.036/23 é uma instância de governança do programa e que a presente reunião ordinária inicia os trabalhos de 2025. Realiza a leitura da pauta, reforçando a necessidade da aprovação da Ata de Reunião Extraordinária ocorrida em 23 de setembro de 2024. Destaca que a atual reunião trará dados a respeito da implementação do programa no ano de 2024, olhando para o que foi alcançado e para o trabalho do Comitê em 2025. Destacou também que será validado o cronograma de trabalho do Comitê para 2025. Em seguida passou a palavra para o Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, professor Alexsandro Santos.

Alexsandro do Nascimento Santos – O Coordenador suplente do Conapeti saudou a todos e agradeceu a liderança da professora Raquel Franzim na Política de Educação em Tempo Integral na perspectiva da Educação Integral. Ressaltou que se deseja construir junto ao Comitê uma visão panorâmica sobre o esforço que foi feito por todos em 2024 e anunciar as perspectivas para 2025. Segue dizendo que o Programa Escola em Tempo Integral (ETI) está institucionalizado e consolidado na estrutura normativa, mas como qualquer política pública enfrenta desafios na implementação. Compartilha que há 3 desafios a serem enfrentados. O primeiro desafio refere-se à execução dos recursos que estão nas contas dos municípios e estados, o que acaba gerando uma série de riscos de compliance. Ressalta que há regras do programa quanto ao período para execução, e que o prazo do primeiro Ciclo está se aproximando do fim, dessa forma todos devem cuidar para fazer a melhor execução financeira possível no tempo previsto no programa, a fim de que não se tenha dificuldades legais e orçamentárias.

O segundo ponto diz respeito à realização da formação das equipes técnicas das secretarias que foi feita no primeiro Ciclo, em 2024, e ajudou a entender como cada Secretaria está lidando com os desafios da implementação da política local e lembra que as inscrições estão abertas para o segundo Ciclo de Formação, que será realizado em 2025, e o engajamento de todos é muito importante.

O terceiro elemento é a força dos municípios e dos estados na institucionalização das Políticas de Educação Integral de cada ente. O número de entes que alcançaram a normatização da política é muito alto em comparação ao que se tinha no início do programa, o que é um sinal de compromisso com a política e com a garantia do direito, que se alcançou o consenso necessário e todos querem fazê-la avançar. Destacou os desafios para o novo ciclo, inclusive para que se honre o compromisso de pactuação feito em 2024, ressaltando que a Secretária de Educação Básica, Kátia Schweickardt, tem acompanhado a aprovação do orçamento no congresso para que isso seja ajustado. Destaca que o desafio atual é entregar aprendizagem vinculada à Política de Educação Integral, pois se acredita que aumentar o tempo com qualidade na escola significa garantir saltos de aprendizagem, o que é importante para os estudantes, e o Saeb de 2025 pode ser uma prova dessa aposta na política. Agradece e devolve a palavra para a professora Raquel Franzim.

Raquel Franzim – Agradece ao professor Alexsandro pela presença e pela abertura da reunião. Passa a palavra para a Secretária de Educação Básica, Kátia Schweickardt.

Kátia Helena Schweickardt - A Coordenadora do Comitê, Kátia Helena Schweickardt, iniciou agradecendo a todos e todas que toparam o desafio de conduzir a Política de Educação Integral, ao professor Alexsandro e professora Raquel Franzim pela liderança, a parceria do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed, do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação - Foncede, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e de todas as demais entidades e secretarias do Ministério da Educação - MEC, que também são muito importantes, fazem diretrizes e apoiam a implementação de Políticas relacionadas à educação básica. Reforçou que é preciso o empenho de todos para que se supere as dificuldades no âmbito da implementação e que ainda há um volume expressivo de recursos disponíveis nas contas dos entes. Relatou que em 2024 ocorreram cortes orçamentários e 2025 começou sem que fosse aprovada a lei orçamentária e o país vem disputando recursos, exemplificou o desafio para que fossem destravados junto ao Tribunal de Contas da União os recursos para o programa Pé de Meia. Segue dizendo que há mais de 2 bilhões e 300 mil dos recursos do Programa Escola em Tempo Integral nas contas dos entes e ressaltou que o Diretor Valdoir, encontra-se à disposição para sanar as dúvidas sobre a utilização do recurso. Destacou que se sabe do grande desafio, da ampliação da jornada dessas matrículas, especialmente por conta de pagamento de pessoal e alimentação escolar, e que embora já se tenha mexido nos fatores de ponderação do Fundeb, esse não é um desafio menor, mas tem muitas outras despesas que podem ser feitas com esse recurso em conta.

Continuou sua fala destacando que no início o Brasil tinha apenas 17% dos entes com políticas de educação integral e atualmente já passa dos 63%, então há um engajamento do país para esse conceito de educação integral, do quanto ela é importante para a garantia de direitos de aprendizagem, de segurança dos estudantes, de uma educação de qualidade e referenciada no território, mas é preciso do apoio das redes nessa disputa, na utilização desses recursos, pois por volta de novembro de 2025 termina o segundo ano do primeiro ciclo e parte desse recurso vai precisar ser repactuado ou vai retornar para a união, então essa é uma tensão que o Comitê precisa enfrentar, apoiar os entes junto ao trabalho de formação.

Quanto à Formação Continuada ressaltou que houve um grande salto em 2024, mais de 4.200 professores e técnicos das secretarias tiveram envolvidos em processos de formação para a implementação dessa política, foram feitos seminários nacionais e finalmente foi montada uma rede de articuladores que é mais uma política da Educação Básica que tem o privilégio de ter bolsistas do MEC como articuladores para atuar junto aos territórios e isso mostra o quanto o Ministério, o Ministro Camilo e o Presidente Lula estão valorizando e entendendo a importância da política específica de Educação Integral em Tempo Integral. Acredita ser uma grande responsabilidade dar os passos que o Brasil espera na condução dessa política, que sabe do compromisso e da sobrecarga que isso exige, mas que o trabalho na democracia demanda sempre um pouco mais de dedicação e tempo. Finaliza agradecendo em nome da Secretaria de Educação Básica (SEB), do ministro Camilo e do Ministério da Educação a cada um que vem se dedicando a apoiar a implementação dessa política tão importante para todo o Brasil.

Raquel Franzim - Agradece a professora Kátia Schweickardt pelas palavras e abertura do início dos trabalhos. Destaca novamente a necessidade de aprovação da Ata de Reunião Extraordinária de 23/09/2024, e que os membros que não se manifestaram por e-mail deixem registrado no chat a aprovação. Ressalta que tanto na fala do diretor quanto da Secretária há um desafio a ser enfrentado no Programa Escola em Tempo Integral, no âmbito da execução financeira do ciclo 01. Segue com a reunião apresentando o segundo ponto da pauta, informar o alcance do Programa em 2024:

- No Ciclo 01, foram declaradas 965.121 matrículas, e no ciclo seguinte, que é o ciclo em vigência, mais 943.248 matrículas pactuadas, por enquanto.
- A fase de declaração de matrículas do Ciclo em vigência irá até o dia 09 de maio e pode ser realizada no Sistema integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC e até o momento mais de 900 redes, entre municípios e estados, já finalizaram a declaração de matrículas.
- Nos dois ciclos do Programa foram induzidas mais de um milhão e novecentas mil matrículas, acompanhada de transferência volumosa de recursos, mais de R\$ 4.174.000.000,00, grande parte desse recurso continua em conta corrente e deve ser utilizada até 31 de outubro de 2025, com a prestação de contas feita nos 60 dias seguintes, dessa forma o ciclo de execução financeira do Ciclo 1 encerra-se em 30/12/25.
- É um ano desafiador para as redes, pois muitas estão com novas gestões, ou com gestão em continuidade e muitas matrículas induzidas nas redes com a necessidade de efetivar essas matrículas do ponto de vista de projeto pedagógico das escolas, mas também de executar o recurso.

- Um boletim interno da DIMAM, mostra que há 73% dos recursos ainda em conta dos municípios e estados. Os municípios, especialmente os pequenos, com menos matrículas, foram os que melhor executaram o recurso até o momento. Já os estados, apresentam uma baixa execução financeira do recurso recebido no Ciclo 01.
- No âmbito da assistência técnica em 2024 apresentou as ações que foram realizadas como Seminário Interministerial Internacional, a entrega do documento com subsídios para Diretrizes Operacionais no Conselho Nacional de Educação, que teve o trabalho restabelecido no final de 2024 e encontra-se em debates com Undime, Consed, Uncme e Foncede, e com audiência pública a ser realizada na última semana de fevereiro.
- Em 2024 também foram entregues dois materiais importantes para implementação do programa, um deles foi o Guia para elaboração das Políticas locais, amplamente trabalhado nos fóruns das Undime, nos encontros estaduais e na formação; e junto com a Uncme e Foncede foi elaborado um documento para subsidiar o trabalho dos Conselhos de Educação.
- O compromisso do ente que pactua matrículas com programa não é apenas criar as matrículas, mas também instituir Políticas locais de Educação Integral e Tempo Integral, conforme estabelecido na portaria 1.495. Os dados mais recentes de 31/01/2025 mostram que 67,94% dos municípios que pactuaram ao programa já apresentaram suas políticas, 21 estados do Brasil contam com mais de 50% dos municípios com suas políticas institucionalizadas e todos os estados apresentaram as suas políticas locais. Analisando por região percebe-se também os desafios que se enfrenta em apoiar os municípios e Conselhos de educação a normatizarem as políticas locais. Por meio de um gráfico mostrou a evolução da apresentação destas políticas, pois desde quando esse monitoramento começou a ser feito pela DIMAM, em setembro de 2023, até a última coleta em 31/01/2025 houve um aumento, em especial nos meses de maio e junho em diante, efeito de uma das assistências técnicas que é a Formação continuada de Secretários, Secretárias e equipes técnicas de secretarias. O objetivo dessa Formação era que as redes institucionalizem suas políticas locais, tendo sido uma formação em modelo híbrido, mas com bom nível de concluintes e entrega dos trabalhos finais, que eram justamente as políticas locais.
- Outro fator importante que tem sido compartilhado com as entidades representativas dos Conselhos de Educação, Uncme e Foncede, é o trabalho de normatização dos Conselhos. Nota-se um engajamento muito grande, tanto dos Conselhos municipais quanto estaduais e observou-se uma resposta dos Conselhos de Educação na normatização destas políticas instituídas pelo executivo. Destacou que a entrega da Política e da Norma foi prorrogada pela Portaria nº 48 e, portanto, o envio pode ocorrer até 30 de junho de 2025. Apresentou também o guia para elaboração das Políticas, material produzido em 2024 que se encontra a disposição, ainda com algumas cópias físicas, caso algum membro do comitê tenha interesse.
- A Formação continuada de 2024 ocorreu com 5 universidades federais e 24 instituições de ensino superior espalhadas por todo o Brasil. Foram mais de 10.000 inscrições e a região nordeste teve alta demanda por participação nessa formação, sendo que não foi possível atender todos, e para 2025 o desafio é ampliar a quantidade de vagas. Foi apresentado um gráfico de adesão por estado e o percentual de conclusão, sendo um dado muito importante quando se trata de formações híbridas, em seguida destacou que a formação teve um excelente percentual de conclusão por região. Ressalta que apesar da região sul chamar atenção pelo menor número de concluintes, é compreensível pelo fato do estado do Rio Grande do Sul e uma área de Santa Catarina terem sido impactados por emergência climática, dessa forma ocorreu um processo natural de evasão e posteriormente a isso o período de eleição, portanto, neste ano está sendo feita uma busca ativa para os cursistas que não concluíram a formação.
- Ainda sobre assistência técnica destaca-se a parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI no Comitê, por meio de uma portaria conjunta de ações que já se desmembrou em duas ações importantes: primeiro uma atenção às modalidades de ensino, em especial sobre a Educação Especial resultando em uma construção conjunta de Ofício às redes de ensino, orientações acerca da oferta de jornada no atendimento educacional especializado para que ocorra de maneira asseguradora de direitos. Além disso a formação continuada de 2025, contará com um módulo sobre currículo e outro dedicado às modalidades de ensino. A SECADI também atuará em 2025 como Coordenadora Nacional na Renapeti, no trabalho com esses articuladores.
- A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC também é parceira, e em 2024 foi incluído no modelo de financiamento do Programa Escola em Tempo Integral uma dupla camada de financiamento para as matrículas no ensino médio, articuladas à educação profissional tecnológica, e isso foi materializado na Portaria nº 777 de 2024, e a SEB tem participado dos fóruns de gestores de EPT.
- Iniciou-se um trabalho com a equipe do Censo Escolar no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e isso se materializou em um campo novo dentro do portal do Inep, na página do Censo escolar, com orientações atualizadas sobre o registro da matrícula de tempo integral, o que era uma grande dúvida dos entes, e o Inep e a SEB juntaram-se para orientar os pontos focais dos estados, os quais auxiliam os municípios dentro de cada UF no correto registro das matrículas no censo escolar, inclusive por meio de formações.
- Junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FNDE, no âmbito do tempo integral foram realizados 28 plantões tira-dúvidas, sendo que dois foram no estado de São Paulo por conta da demanda, a fim de auxiliar os entes a executar melhor o recurso financeiro. Essa foi uma experiência muito assertiva, pois tiveram mais de 1.300 entes nos plantões, entre estados e municípios.
- O Programa está implicado em alguns Acordos de Cooperação Técnica junto a outros ministérios, como o acordo entre o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação - MCTI, por meio das iniciativas: Mais ciência na escola, Pop ciência na escola, editais de fomento às feiras de ciência e mostras científicas, na oferta de tempo integral com ampla divulgação em 2024.
- Junto à Secretaria de audiovisual do Ministério da Cultura - MINC, foi iniciado um processo de regulamentação do decreto sobre a relação cinema em escola, que é um dos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, e que institui a obrigatoriedade de programação de audiovisual brasileiro nas escolas. A Undime e o Consed foram parceiros na apreciação e contribuições na minuta em 2024 e atualmente a minuta encontra-se na Secretaria-Executiva do MEC.
- Também em 2024 com o Ministério da Cultura foram assinados dois Acordos de Cooperação, o acordo nº 18 que conta com a participação da Fundação Itaú, com vistas à estudos sobre o impacto das artes e da cultura no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e o acordo nº 23 no qual será lançado um edital para fomentar atividades artístico culturais nas redes de ensino, que no caso aguarda a aprovação da Lei orçamentária anual - LOA.
- Com relação à governança, o Conapeti teve os seus membros designados em 2024, e no mesmo ano aconteceu a primeira reunião ordinária em agosto e uma reunião extraordinária em setembro. A reunião extraordinária teve como pauta o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa, no qual a DIMAM apresentou o plano, os indicadores e as metas que se pretende alcançar até 2026. Na mesma reunião extraordinária foi apresentada a primeira Avaliação diagnóstica do Programa.
- Os dados de matrículas dos entes encontram-se no portal do MEC, mas ainda não há publicamente informações a respeito da execução financeira, no entanto já se iniciou um movimento de envio de ofícios alertando os entes sobre baixa execução financeira no ciclo 01. Em relação ao Painel de monitoramento do Programa Escola em Tempo Integral referente ao ciclo 01, informa-se que está em fase final de ajustes para torná-lo disponível ao acompanhamento.
- Com relação à articulação dentro de outras áreas da SEB, há ações na DPDI, como a Escola das Adolescências junto à oferta de tempo integral e com a Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação - DIFOR, com uma linha de PDDE específica do Programa Escola e Comunidade - PROEC, no qual houve alta adesão por escolas com oferta de tempo integral.
- Com relação à assistência financeira de 2025, aguarda-se a aprovação da LOA e/ou a regulamentação da emenda constitucional 135, para cumprimento das parcelas de pactuação e declaração.

Nesse momento passou a palavra para o Diretor Valdoir, a fim de que falasse um pouco a respeito da baixa execução.

Valdoir Pedro Wathier - Inicia agradecendo e informando que a DIMAM está à disposição para ajudar quanto à execução do recurso. Ressalta que o ETI teve um desenho diferente de outros programas federais, nos quais parte de um recurso é focado num objeto mais específico, como compra de computadores, construção de escolas, compra de mobiliário, aquisição de ônibus. No caso do ETI o recurso é mais flexível e por isso é essencial que se pense no planejamento articulado com outros recursos. Destaca que um dos desafios é o pagamento de pessoal, pois não se conseguiu deixar essa permissão dentro do recurso do

programa, mas deve-se avaliar a cobertura com outras receitas como recursos do FUNDEB enquanto o recurso do tempo integral é utilizado para outras despesas. Reforçou que na dúvida em como executar o recurso lembrar do artigo 70 da LDB, poderá ser utilizado com tudo, exceto pagamento de pessoal e alimentação. Destaca que o recurso do ETI é parecido com o recurso do Salário Educação, dessa forma pode ser feito um paralelo de como pode ou não utilizar o recurso do Salário Educação. Desta maneira, o paralelismo entre as duas formas de execução pode vir a facilitar a utilização do recurso pelas redes. Registrou também que com relação ao Consed, a DIMAM teve participação nas duas últimas reuniões sobre o planejamento financeiro da utilização do recurso.

Destaca que o não conhecimento do Fundeb interfere no planejamento e sugeriu ação junto à Undime para tanto. Ressalta que é preciso desse apoio a fim de que se tenha a ampliação da jornada, mais tempo de educação e para que se persiga de fato a educação integral. Finaliza se colocando novamente à disposição.

Raquel Franzim - Agradece o Diretor Valdoir e ressalta que em 2024 foi muito importante escutar as redes, justamente para entender quais barreiras são enfrentadas para a execução financeira. Continua a falar a respeito da Execução financeira do Ciclo 23/24.

- Apresenta gráfico elaborado pela DIMAM, em fevereiro de 2025, que mostra uma melhora na utilização do recurso, porém ainda há em torno de 2,9 bilhões de reais em conta dos entes federados. Estão sendo feitas algumas ações junto à DIGEF no FNDE, COGEITI/DPDI e a DIMAM para auxiliar os entes na execução dos recursos, com estratégias para apoiar os entes na aceleração da execução financeira. Espera-se essa aceleração na execução dos recursos, mas que seja dentro da legalidade, planejada, intencional e conectada à finalidade pedagógica da oferta de tempo integral. Foi iniciada a construção de uma cartilha com orientações para a utilização dos recursos e enviados ofícios para a Undime com planilhas contendo os dados dos municípios; e para o Consed com os dados de cada estado a fim de que a instituição possa acessar os dados e junto à SEB/MEC, apoiar a aceleração da execução financeira. Informa que tanto na Rede de Articuladores Nacionais do Programa Escola em Tempo Integral – Renapeti, quanto na Formação Continuada de gestores e equipes técnicas haverá um módulo específico de execução financeira.
- Quanto ao saldo em conta dos estados, destaca que alguns aparecem com a execução negativa, o que significa rendimento, ou seja, o dinheiro não foi utilizado e está rendendo na conta, e no caso do ETI é preciso que ocorra o inverso, tendo em vista que não se trata de uma poupança, mas sim de um recurso para execução, pois sem isso não se tem oferta de qualidade e equidade. Ressalta a necessidade de apoio da Undime, Consed, Uncme e Foncede, Conselhos e Órgãos de Controle para que se fale sobre execução financeira.
- Quanto à assistência técnica ressalta que a Formação Continuada realizada em 2024 alcançou mais de 10.000 pessoas e retorna em 2025 com o desafio de expandir para mais cursistas, não só as Secretarias de Educação, mas também os Conselhos de Educação. As inscrições vão até 21 de fevereiro com duas fases de inscrição, uma na qual a Secretaria ou Conselho recebe o link para indicação do cursista e uma segunda, na qual o indicado pela Secretaria ou pelo Conselho confirma a inscrição. Em 2025 a formação contará com dois novos módulos, o currículo de educação integral em tempo integral na educação infantil, fundamental e médio e o módulo modalidades de ensino, diversidade e inclusão. A Formação inicia em março e a conclusão ocorrerá em setembro. A Undime e o Consed foram parceiros na primeira edição e agora a Uncme e o Foncede também são parceiros.
- Agradece o esforço das entidades em viabilizar, operacionalizar e mobilizar as Secretarias a participar e destaca que no dia 18/02 foi realizado um webinar no canal do YouTube do MEC, mobilizando para as inscrições. Até o momento, 1.769 entes já indicaram cursistas para nossa formação. Em 2024 havia 5 universidades parceiras a nível regional e agora são 6, com a entrada da Universidade Federal do Ceará, dividindo com a Universidade Federal da Bahia o trabalho na região nordeste, que é a região com alta demanda pela formação.
- Destaca que no dia 10 de abril, no MEC, será anunciada a abertura de inscrições para o Mapeamento e Mostra nacional de experiências inspiradoras de gestão e projetos pedagógicos de educação integral, que faz parte do eixo fomentar, no qual as Secretarias de Educação poderão apresentar suas formas de gestão da política de educação integral em tempo integral. Ressalta ser uma ação formativa muito importante para a política de tempo integral dar certo, com o intuito de que as secretarias conheçam o que a outra está fazendo e aprender juntas em nível territorial, portanto, será montada uma rede de intercâmbio entre as secretarias para visitas de imersão e trabalho conjunto de melhoria na gestão da política de educação integral.
- Quanto ao eixo entrelaçar haverá a produção de materiais de referência com recomendações para os gestores públicos, no campo da intersetorialidade na oferta de tempo integral. Esses materiais irão circular no Conapeti e na próxima reunião, será apresentado esse documento para validação e as contribuições do Comitê.
- Para o eixo avaliar, único que ainda não foi iniciado, aguarda-se a contratação de um consultor ou consultora para construção e organização de processo de avaliação participativa da oferta de tempo integral nas Secretarias de Educação.
- No dia 6 de fevereiro foi realizada a designação dos articuladores e articuladoras da Renapeti. O articulador é um apoio do Ministério da Educação nas Unidades Federativas, pois cada UF possui dois articuladores, um indicado pela rede estadual e outro pelas Undimes estaduais. São pessoas que capilarizam as orientações, as informações e a mobilização do MEC em âmbito estadual ou atuando junto aos municípios. Os articuladores já começaram um processo de ambientação no ambiente virtual de aprendizagem da Universidade Federal do Piauí, parceira nessa ação, e no início de março, os 53 articuladores estarão em Brasília para receberem uma formação mais intensiva para o trabalho técnico que farão junto às secretarias.
- O trabalho da Renapeti não é coordenado só pela SEB, há outros coordenadores nacionais como a SECADI, a SASE e a SETEC, que apoiarão o trabalho técnico que os articuladores e articuladoras farão nas UFS. A rede é apoiada por meio de seminários e webinários, com o curso de formação no AVAMEC, fóruns regionais, a fim de que o articulador ou articuladora se sinta capaz de sanar dúvidas e orientar os entes de maneira mais célere e assertiva.
- O Programa Escola em Tempo Integral apresenta o eixo de assistência financeira, assistência técnica e governança, sendo a governança, o trabalho da Renapeti e do Conapeti. Segundo a Portaria 2036, em seu artigo sexto, o Comitê, além de monitorar a implementação, também deve subsidiar a elaboração de parâmetros de qualidade para as condições de oferta de tempo integral e para aprendizagem dos estudantes. É uma tarefa importante do Comitê e se apresenta como o plano de trabalho para 2025, com a proposta de que a agenda de trabalho do referido ano seja dedicada à formulação de Subsídios para Parâmetros de Qualidade da oferta de tempo integral na perspectiva da educação integral.
- Em 2024 foi entregue um documento com subsídios para Diretrizes Operacionais ao Conselho Nacional de Educação e no fim do referido ano se reestabeleceu uma comissão de trabalho engajada na aprovação da Diretriz Operacional de oferta de tempo integral, com a aprovação desse documento prevista para março de 2025. A ideia é que o Comitê, a partir das diretrizes, possa formular subsídios para os parâmetros de qualidade. Os subsídios serão entregues ao CNE a fim de que se aprove os parâmetros de qualidade. A proposta é um cronograma de trabalho do Comitê em maio e agosto de modo presencial em Brasília. A SEB contratará facilitadores e sistematizadores deste processo de formulação para que ao final se tenha uma Nota Técnica de subsídios a ser entregue ao CNE. Eventualmente pode ser necessário um grupo de trabalho que dê andamento aos subsídios e para este trabalho o Comitê pode convidar outros interlocutores para apoiar nessa formulação.
- Finaliza informando que na vacância de cargos titulares do Comitê, é fundamental que os membros avisem para que possam ser substituídos formalmente em portaria por meio do e-mail para cogeiti@mec.gov.br.

Passa a palavra para a Coordenadora Geral de Articulação Intersetorial (SASE/MEC) Gesuína Leclerc, após solicitação.

Gesuína Leclerc - Agradece e inicia chamando atenção para o cronograma tendo em vista a data de 31/10/2025 a qual finaliza o prazo da execução financeira. Ressalta que é preciso acompanhar a estratégia de execução financeira, no entanto a reunião do Comitê será apenas em novembro, dessa forma sugere que se tenha um momento antes para tratar do assunto. Destaca ainda que a SASE está com um ciclo de web conferências para uma comunidade de práticas desenvolvida por Secretarias, na mesma linha do Mapeamento de experiências inspiradoras de gestão e projetos pedagógicos da Educação Integral, e que no dia 11 de março haverá uma web conferência dirigida e que situações como a execução financeira poderiam ser envolvidas nesse processo. Sugere ainda que é preciso que se tenha uma leitura dos valores maiores e menores para incidir sobre as contas com mais recursos, ainda sem execução, e elaborar um diálogo proveitoso, que possa ser consequente com algumas sinalizações para as práticas de execução que foram bem-sucedidas e aquelas que ainda podem se tornar bem-sucedidas. Finaliza agradecendo.

Raquel Franzim - Agradece o convite para a web conferência da SASE e o aceita sugerindo que seja tratado na sequência. Quanto ao cronograma sugere que seja realizado em reuniões extraordinárias antes do fim do Ciclo de execução financeira. Em seguida, após solicitação, passa a fala para o Presidente da Undime

Nacional, Aléssio Costa.

Alessio Costa - Destaca ter sido uma ótima explanação a respeito dos dados do programa, mas que se trata de muita informação para pouco tempo e o material não foi enviado previamente. Sugere que na reunião virtual se tenha uma pauta mais enxuta que permita ao grupo apresentar os pontos e debatê-los. Diz perceber que a utilização do recurso é um desafio, mas que isso não acontece apenas no Programa Escola em Tempo Integral, e historicamente observa-se que os entes optam por utilizar seus recursos próprios primeiro para depois utilizar outros, isso se dá pelo receio quanto às prestações de contas de recursos que exigem mais cuidado, e acredita que as ações sugeridas irão ajudar nesse esclarecimento. Destaca a fala do Diretor Valdoir, exemplificando que se pode utilizar o salário educação como referência.

Segue informando que gostaria de debater a respeito do apoio às matrículas de tempo integral. Relata que ao se fazer a divisão de um milhão de matrículas por ano para municípios e estados, fica um valor pequeno para muitos entes, e pelos dados apresentados pela professora Raquel Franzim foi possível perceber que a distribuição das matrículas está praticamente meio a meio entre estados e municípios, no entanto os estados têm uma condição mais favorável para implementar o Tempo Integral independente de repasse do Programa federal. Ressalta que os entes estaduais têm tido maior demora na utilização desses recursos, e que a utilização foi maior dentre os entes municipais, ou seja, pelo fato de serem menores eles realmente precisam de recursos extras. Conclui informando que acha a divisão desigual, sendo que o objetivo do programa é apoiar aqueles entes que tem menos condição de ofertar a matrícula tempo integral e esse é um ponto a ser analisado pelo MEC para o próximo Ciclo do programa.

No que diz respeito ao financiamento da educação, apesar do que a Secretária Kátia ressaltou sobre o per capita da escola de tempo integral ter avançado na tabela dos fatores de ponderação, resultando em mais recursos para o Fundeb, o que se observa é que os recursos da educação estão crescendo e o orçamento dos municípios não, e para que se atinja o cumprimento dos 25% da Educação, a parcela dos recursos próprios que o município dispõe, no caso, para compra de alimentação, é cada vez menor. Dessa forma, a alimentação escolar, que sai do orçamento do município, e historicamente crítica, impõe ainda mais desafios.

Sugere que se estude uma alternativa a fim de que na transferência dos recursos se tenha uma rubrica destinada especificamente para alimentação escolar. Utilizou como exemplo um maior investimento com o professor, que pode ser pago dentro dos recursos do Fundeb ou até mesmo com recursos próprios, o que não é o caso da alimentação escolar. Acredita que no âmbito MEC deve ser feita uma força tarefa para que uma parte do recurso do ETI pago aos entes possa ser repassado dentro Plano Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, exclusivamente para o tempo integral, porque esse tem sido um desafio que os prefeitos sinalizaram para continuar ampliando a jornada.

Exemplificou o seu município no Ceará que a cada ano estão universalizando uma série, e assim, o orçamento da alimentação que era de um milhão e meio passou para três milhões e meio, o que gerou um receio do gestor do município. Destaca que isso vai acontecer em outros municípios também, sobretudo nos menores, que serão muito impactados pelo valor que vai representar a alimentação do tempo integral. Ressalta ainda que por mais que se tenha um per capita diferenciado do tempo integral em relação ao parcial, a complementação do PNAE é muito pequena e não chega a ser 30% do que o município gasta normalmente no parcial, e quando se trata do integral a situação fica pior. Acredita que é preciso encontrar uma saída para apoiar o financiamento exclusivo para alimentação escolar, sugerindo que se tenha uma consulta por meio do Tribunal de Contas da União para a flexibilização, e que pelo menos o uso do salário educação para esse fim já seria uma abertura.

Destaca ainda que a Undime nunca defendeu a inclusão da alimentação escolar nos 25% da educação, pois o dinheiro já não mantém a educação e caso se inclua a alimentação, não terá mais recurso nem para o 'papel', pois tudo irá para a alimentação. No caso do Salário educação, que é uma conta adicional, já seria uma saída para os municípios que estão “agonizando” com a política de Tempo Integral e que alguns estão retrocedendo e outros irão deixar de ampliar a política.

Raquel Franzim - Agradece as colocações e ressalta que foram feitas importantes proposições para os próximos ciclos do programa e acredita que SEB, especificamente DIMAM e DPDI podem avaliar uma escuta mais específica da Undime, do Consed e do próprio Comitê, num novo Ciclo do Programa e numa possível estratégia de focalização. Em vistas de como o programa pode alcançar as redes menores e as que estão longe do alcance da meta 6 do PNE. Sugere que se pense em uma reunião extraordinária discutindo-se sugestões sobre financiamento ou até mesmo a modelagem de um novo Ciclo do Programa. Em seguida passa a palavra para o Diretor Valdoir.

Valdoir Pedro Wathier - Ressalta a importância de se olhar para esses pontos, pois são realmente sensíveis. Destaca que o programa provoca essa discussão a respeito da alimentação escolar, mas que ela vai além do programa, pois alcança todas as matrículas. Relata que tem sido feita essa defesa de que o Tempo Integral precisa de uma ampliação per capita, o que depende de proposição do FNDE, mas, sobretudo, de disponibilidade orçamentaria. Ressalta também que é notório que o valor do PNAE tem uma grande defasagem em relação aos custos reais, e destaca que há esforços nesse sentido. Justifica que há um grande dilema quando se pleiteiam recursos com o Ministério da Fazenda, seja para conseguir aumentar o PNAE ou para qualquer outro gasto, considerando o cenário de ajustes fiscais, recebendo do órgão o argumento de como se precisa de mais dinheiro se há, por exemplo, 3 bilhões nas contas. Então é preciso construir argumentos mais refinados. Segue dizendo que há uma grande preocupação com o saldo em conta, mas não apenas pelo fato que se deseja que o dinheiro saia da conta, mas pelo desejo de que o Programa aconteça na ponta, e com qualidade. Destaca que desde o início do Programa se fala que o Fundeb não iria conseguir sustentar e de certa forma se deu um passo, mas agora está esbarrando na alimentação. Chama a atenção para o fato de que se consegue dinheiro para o Tempo Integral, mas não consegue aumentar o PNAE, e isso se deve ao fato de a alimentação ser uma despesa de caráter continuado e obrigatório, ou seja, quando se aumenta o PNAE, está aumentando-o para todos os anos sucessivos, então há resistência da Fazenda nesse tipo de aumento. Sugere que posteriormente se trabalhe esses temas, e que a fala do Presidente Aléssio é uma inspiração para se fazer um levantamento e discutir mais profundamente.

Raquel Franzim - Agradece o Diretor Valdoir e encaminha a decisão sobre uma Reunião Extraordinária, tendo em vista a amplitude do Programa, com assistência financeira, assistência técnica e governança, e que há necessidade de olhar para todas de maneira coerente e coordenada. Sugere duas reuniões extraordinárias ao longo do ano, com foco em assistência financeira - financiamento e execução financeira - tendo em vista que o tema foi trazido pela professora Gesuína e pelo presidente Aléssio.

Em seguida, solicita que os integrantes se manifestem no chat a respeito da aprovação do cronograma para o trabalho sobre os Parâmetros de qualidade e a inclusão de Reuniões Extraordinárias a respeito do financiamento da política de tempo integral.

Em seguida passa a palavra para o Presidente Alessio.

Alessio Undime - Ressalta que realmente a Fazenda tem resistência em ampliar os recursos de natureza permanente, mas questiona a respeito do papel do Ministério da Educação em apoiar verdadeiramente uma política integral, pois destaca que após a criação da matrícula o município fica sozinho, dessa forma seria uma decisão política do Ministério em pleitear esses recursos junto à Fazenda com outros argumentos.

Exemplifica que se há 1 bilhão para colocar dentro do Programa Escola em Tempo Integral poderia se remanejar 50% desses recursos para o PNAE, na rubrica de Educação em Tempo Integral como uma forma de corrigir o equívoco que há quando se trata do tempo integral no ensino técnico profissional, que apresenta um valor maior do que os outros alunos. Diz não entender o motivo do mérito do aluno em tempo integral de escola profissional que tem uma alimentação diferenciada dos demais alunos de tempo integral, e destaca isso como uma discriminação.

Destaca também que se os municípios não estão usando essa rubrica de custeio é porque os valores que chegam para serviços permanentes de construção e ampliação de sala, muitas vezes é pequeno, e quando se trata de municípios menores torna-se insuficiente para grandes ampliações.

Ainda quanto à alimentação acredita ser estratégico o MEC assumir apoio definitivo aos estados e municípios na política de tempo integral, pois é preciso reconhecer que o custo de alimentação de um estudante que fica em tempo integral na escola não é o que está no PNAE. Sugere que caso a Fazenda não autorize um recurso novo, que no próximo Ciclo da política se remaneje metade do recurso para o PNAE. Acredita que no âmbito da maior política do MEC e junto à Presidência da República, pode se construir um caminho político que permita o convencimento da Fazenda para que se possa implementar de uma maneira mais sólida o PNAE para o Tempo Integral.

Raquel Franzim - Entende que pelas manifestações no chat o cronograma apresentado está aprovado, com a inclusão de reuniões extraordinárias debatendo o tema financiamento, e que o Diretor Valdoir sugeriu que se especifique qual aspecto sobre o financiamento da política as reuniões extraordinárias vão debater, tendo como exemplo a alimentação escolar. A partir disso o Comitê emitirá uma recomendação à SEB/MEC sobre os assuntos que tangenciam a oferta de tempo integral, sendo essa uma de suas competências. Destaca que será apresentado um novo cronograma na Ata trazendo mais algumas datas de reuniões

extraordinárias com o objetivo de colher insumos e recomendações do Comitê para aspectos do financiamento da política que possam fortalecer o trabalho e a liderança da Secretária Kátia e do Ministro Camilo. Sugere que uma reunião extraordinária aconteça antes de maio, tendo em vista que em maio se iniciam os trabalhos voltados aos Subsídios ao Parâmetros de qualidade. Considera aprovado o cronograma com a inclusão de reuniões extraordinárias.

Sem nenhuma outra manifestação encerra a primeira reunião do Comitê de 2025, agradecendo a todos pela escuta atenta e pelas proposições feitas e agradece também em nome da SEB pela parceria.

Proposta de Cronograma do Comitê para 2025

Datas sugeridas	Local/Horário	Pauta prevista
31 de março de 2025	Plataforma Teams às 14h30	Financiamento do Tempo Integral
21 de maio de 2025	Presencial - CETREMEC/MEC	Formulação de subsídios para construção dos Parâmetros de Qualidade da Educação Integral e
24 de junho de 2025	Plataforma Teams às 14h30	Execução Financeira do Ciclo 23/24 do Programa Escola em Tempo Integral
26 de agosto de 2025	Presencial - CETREMEC/MEC	Formulação de subsídios para construção dos Parâmetros de Qualidade da Educação Integral e
27 novembro de 2025	Plataforma Teams às 15h	Sistematização dos subsídios para construção dos Parâmetros de Qualidade da Educação Integ

Aprovação

Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos participantes acima identificados. No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários certificam que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Franzim, Coordenador(a)-Geral**, em 17/03/2025, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Úngari Dal Fabbro, Coordenador(a)-Geral**, em 18/03/2025, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Secretário(a)**, em 19/03/2025, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Charles Okama de Souza, Diretor(a)**, em 19/03/2025, às 20:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro do Nascimento Santos, Diretor(a)**, em 20/03/2025, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Gesuina de Fátima Elias Leclerc, Coordenador(a)-Geral**, em 21/03/2025, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Soares Chiarelli, Coordenador(a)**, em 04/04/2025, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Valdoir Pedro Wathier, Diretor(a)**, em 15/04/2025, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5601512** e o código CRC **F0201D9E**.